MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade visa estimular a produção profissional de forma crítica, justa e humanística numa esfera global, diante de uma sociedade plural. Abordar os conteúdos de Meio Ambiente e Sustentabilidade, utilizando métodos inovadores que possam auxiliar os alunos no desenvolvimento crítico e reflexivo que envolve os saberes dessa área no ensino. No novo século é preciso fortalecer os meios de garantir a preservação dos recursos naturais, aliados à capacidade do avanço do conhecimento científico na garantia da conservação dos ambientes naturais. O grande desafio é construir no país, um desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável, onde o Estado crie estratégias e formulação de novos instrumentos técnicos e gerenciais nos cuidados com a natureza do espaço. Para isso, é essencial contar com profissionais bem informados, com visão aberta e multidisciplinar, capazes de interpretar a realidade e identificar soluções inovadoras. Assim, há uma necessidade urgente de políticas públicas mais ativas e a participação das organizações públicas na aplicabilidade das leis ambientais para garantir a intervenção espacial controlada no manuseio da natureza do espaço, mantendo a prática em equilíbrio e sustentável.

OBJETIVO

Analisar os processos contemporâneos e as implicações no espaço natural é a base para o indivíduo se localizar e assumir posições referentes ao quadro socioambiental global. Assim, preparar profissionais para o campo da sustentabilidade nos diferentes níveis de ensino é a certeza de estarmos sintonizados com as demandas da sociedade moderna, transformando o cenário a partir de uma ação crítica, criativa, humanista e ética no mundo em que vivemos, fazendo uso das diversas ferramentas didático-pedagógicas em especial os ambientes virtuais de aprendizagens em rede, e o trabalho colaborativo na Web, buscando assim, maior qualidade na educação de seus alunos e melhor a formação para o exercício da cidadania.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
194	Educação Ambiental	45

APRESENTAÇÃO

Relações entre sociedade e meio ambiente. A participação do governo em projetos de educação ambiental. Cidadania ambiental. Educação ambiental: histórico, concepção, fundamentos e objetivos. Educação ambiental na escola. Conhecimento popular, educação ambiental e preservação dos ecossistemas naturais.

OBJETIVO GERAL

Estimular o surgimento de uma cultura de ligação entre a natureza e a sociedade, através da formação de uma atitude ecológica nas pessoas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Ressaltar a importância socioambiental, que concebe o meio ambiente como um espaço de relações, um campo de interações culturais, sociais e naturais com dimensão física e biológica dos processos vitais;

Expressar-se sobre os métodos e práticas sustentáveis e a importância da sociedade da preservação ambiental global;

Apresentar metodologias de educação para os cuidados com o meio ambiente, a gestão ambiental participativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A QUESTÃO AMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS UM NOVO ESTADO E OUTROS ESPAÇOS À GUISA DAS PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES METODOLOGIAS DE EDUCAÇÃO PARA OS CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE PRÁTICAS DE ENVOLVIMENTO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA A CENA ATUAL: ATRÁS DA FÁBULA, A PERVERSIDADE GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL DO CONHECIMENTO EMPÍRICO DA NATUREZA AO CUIDADO COM ELA AUMENTAR A AUTONOMIA PARA CONSOLIDAR O TERRITÓRIO OS MÉTODOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS SOCIEDADE X AMBIENTE OU EDUCAÇÃO AMBIENTAL? IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL GLOBAL DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E PRÁTICAS EDUCATIVAS SUSTENTABILIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. LEI nº 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a política Nacional de Educação Ambiental e da outras providências. Brasília, abr. 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental - Princípios e Práticas. Gaia, 2010. _____, Genebaldo Freire. Educação e Gestão ambiental. Gaia, 2006. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. SATO, Michele.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Artmed, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, P. de B. Curso de Direito Ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. BRASIL.

BRUGGER, Paula. Educação ou Adestramento Ambiental. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994, (coleção teses). JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

LEITE; MEDINA; Educação Ambiental: curso básico a distância: documentos e legislação da educação ambiental. Brasília, DF: MMA (Ministério do Meio Ambiente), 2001.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M.L. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

PERIÓDICOS

YÁZIGI, E. O Ambientalismo. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, n.8, São Paulo, p. 85-96, 1994.

74	**Ética Profissional**	**30**

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**60**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA

PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

396	Política e Legislação Ambiental	45

APRESENTAÇÃO

A questão dos impactos ambientais; A legislação ambiental no Brasil; As formas de gerenciamento do EIA/RIMA; O zoneamento ambiental e ecológico, licenciamento e monitoramento das áreas naturais; As principais ações governamentais como instrumento de preservação do meio ambiente.

OBJETIVO GERAL

• Estudar, refletir e opinar sobre política e legislação ambiental e seu contexto na sociedade a fim de estabelecer conexões sejam estabelecidas entre as diversas áreas do conhecimento que estão envolvidas nessa temática tão instigante e atual.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Se posicionar sobre a avaliação de impacto ambiental; • Analisar a formulação de ações que visem a minimização de impactos sobre os mananciais de abastecimento com foco nas áreas densamente urbanizadas; • Refletir sobre o meio ambiente e do desenvolvimento na perspectiva sobre os centros urbanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A QUESTÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS LIXO E IMPACTOS AMBIENTAIS PERCEPTÍVEIS NO ECOSSISTEMA URBANO A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA É UMA DAS MAIS MODERNAS DO MUNDO A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL AS FORMAS DE GERENCIAMENTO DO EIA/RIMA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL: EIA E RIMA COMO INSTRUMENTOS TÉCNICOS E DE GESTÃO AMBIENTAL O ZONEAMENTO AMBIENTAL E ECOLÓGICO O ZONEAMENTO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA SOBRE OS CENTROS URBANOS LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DAS ÁREAS NATURAIS AS PRINCIPAIS AÇÕES GOVERNAMENTAIS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO MEIO AMBIENTE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

REFERÊNCIA BÁSICA

CARDOSO. Hélio Apoliano. Do Meio Ambiente. Breve Teoria, Jurisprudência e Legislação Pertinente. Ed. Servanda, 2005. LANFREDI, Geraldo Ferreira. Política Ambiental. Ed. RT, 2007. MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Impacto Ambiental – Aspectos da Legislação Brasileira. 1 ed., Rio de Janeiro: Juarez de Oliveira, 152p., 2006. NARDY, A. SAMPAIO, J. A. L, WOLD, C. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. SILVA-SANCHEZ, Solange S. Cidadania Ambiental – Novos Direitos no Brasil. Ed. Annblume, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. Pág. 127. BANUNAS, Ioberto Tatsch. Poder de polícia ambiental e o município: guia jurídico do gestor municipal ambiental orientador legal do cidadão ambiental. Porto Alegre: Saluna, 2003. MAURO, C.A. (coord.) Laudos periciais em depredações ambientais. Rio Claro: UNESP, 1997. MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. SIRVINSKAS, Luís Paulo. Tutela constitucional do meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2008. VIOLA, E. et al. Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PERIÓDICOS

KANASHIRO, M. A cidade e os sentidos: sentir a cidade. Desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, n.7, p. 159-164, jan/jul 2003.

132	Projetos, Planejamentos e Licenciamentos Ambientais	45

APRESENTAÇÃO

A Geografia os procedimentos de planejamento ambiental; A Política Ambiental no Brasil; Instrumentos atuais e cenários futuros para a gestão ambiental no Brasil; Meio ambiente e os ecossistema; Intervenção e gestão ambiental; Projetos e metodologias utilizadas em estudos ambientais.

OBJETIVO GERAL

• Exercer controle prévio e de realizar o acompanhamento de atividades que utilizem recursos naturais, que sejam poluidoras ou que possam causar degradação do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Realizar estudo sobre os êxitos e fracassos dos projetos ambientais; • Analisar se o planejamento ambiental no Brasil considerou realmente a Agenda 21; • Explicar as competências para o licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PROJETOS (AMBIENTAIS) 1. ÊXITO E FRACASSO DOS PROJETOS 2. ELABORAÇÃO DE UM PROJETO 3. PROJETO TAMAR 4. PROJETO BALEIA FRANCA 5. PROJETO SEMPRE-VIVA 6. INDICADORES AMBIENTAIS UNIDADE II – PLANEJAMENTOS 1. ZONEAMENTO AMBIENTAL 2. O PLANEJAMENTO AMBIENTAL, CONSIDERANDO A AGENDA 21 3. PLANEJAMENTO AMBIENTAL SOB A ÓTICA DA ISO 14001 UNIDADE III – LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS 1. HISTÓRICO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2. COMPETÊNCIAS PARA O LICENCIAMENTO DICAS DE LEITURA

REFERÊNCIA BÁSICA

CRUZ, Cláudia Coelho Anastácio. Discurso Ambiental e Planejamento Territorial na Região Sudoeste da Bahia. Ed. Edições UESB. Ano 2011. FIORILLO, Celso. ANTONIO Pacheco. Licenciamento Ambiental. Ed. Saraiva. Ano: 2011. SANTOS, Rozely Ferreira. Planejamento Ambiental - Teoria e Pratica Ed. Oficina de Textos. Ano: 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, F. J. de; Júnior, F. F. 2000. Aprendendo com projetos. Brasília: PROINFO/MEC. ARANTES, E.; ANSELMO, J.; SENISE, L. Gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Promom, 2008. BOUTINET, J. Antropologia do projeto. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. FREIRE, F. M. P.; PRADO, M. E. B. B. Projeto pedagógico: pano de fundo para escolha de um software educacional. In: Valente, J. A. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP-NIED, 1999. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (Org.). Autonomia da educação: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997. HEIDEGGER, M. Ser e tempo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. MACHADO, N. J. Cidadania e educação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

PERIÓDICOS

FLORIANO, E. P. Planejamento Ambiental. Caderno Didático nº 6. 1ª ed. Santa Rosa, 2004.

358	Legislação Urbana e o Meio Ambiente	30

APRESENTAÇÃO

A questão urbana na atualidade. O processo de urbanização e as relações com o meio natural. As leis urbano-ambientais. O uso, a ocupação desordenada do solo e a margem de regulação existente. O ar, as águas e os resíduos produzidos no ambiente urbano: como se encontram, como deveriam ser e o que fazer para evitar ou compensar impactos antrópicos.Antecedentes sobre a legislação de ordenamento territorial e a experiência brasileira; A Constituição e Antecedentes sobre a legislação de ordenamento territorial e a experiência brasileira; A Constituição Federal de 1988, as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais e o tratamento das questões urbanas; O estatuto da cidade; As principais leis urbanísticas, seus objetivos, conteúdos e implicações: o perímetro urbano; O controle do uso e a ocupação do solo urbano, o parcelamento do solo urbano, a legislação ambiental, o código de edificações, as posturas municipais, o Plano Diretor Geral de 1988, as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais e o tratamento das questões urbanas; O estatuto da cidade: As principais leis urbanísticas, seus objetivos, conteúdos e implicações.

OBJETIVO GERAL

• Interagir e participar do planejamento, gestão e legislação urbana municipal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer sobre a origem e a evolução da legislação urbana; • Reconhecer a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal; • Opinar sobre a importância do debate sobre a Lei Orgânica de seu município.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA O ESTATUTO DA CIDADE PLANO DIRETOR A IMPORTÂNCIA DO PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL COMO ELABORAR UM PLANO DIRETOR OS DESAFIOS DO PLANO DIRETOR LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL PARCELAMENTO DO SOLO LEI ORGÂNICA PERÍMETRO URBANO CÓDIGO DE OBRA CÓDIGO DE POSTURA

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMARGO, Aspasia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92. 2 ed., São Paulo: Estação Liberdade, 472p., 2004. FONTOURA, Iara. A P. KLOCK, Andréia B. SABATOVSKI, Emilio. Meio Ambiente – Legislação Federal. Ed. Jurua, 2007. MUKAI, T. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2.ed. Atual. São Paulo: Dialética, 2002. p.349. ROLNIK, Raquel. Cidade e a Lei - Legislação, Política Urbana e territórios na Cidade de São Paulo. Studio Nobel, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAMPARELLI, C. e ZAN, P. Novo conceito de plano diretor a partir da própria Constituição da República. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989. MATTOS, Karine Gonçalves da Silva; ORTH, Dora Maria; PETINE, Jussara; DUTRA, Rafael de Bona. Legislação urbana no Brasil. In: 5º Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2002. Florianópolis. Anais do 5º COBRAC. Florianópolis: Grupo de Trabalho em Cadastro, 2002. MUKAI, T. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2. Ed. Atual. São Paulo: Dialética, 2002. 349 p. RIBEIRO, L.C. e CARDOSO, A.C. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989. SANTOS, Milton. Urbanização brasileira. Edusp, 5 edição, São Paulo, 2003.

PERIÓDICOS

CARVALHO, S.N. Revista São Paulo em Perspectiva, O Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10379.pdf. Acesso em 20.04.2011.

131	Meio Ambiente e Sustentabilidade	45

APRESENTAÇÃO

O conceito de meio ambiente e a crise socioambiental mundial; As sociedades humanas e os processos da dinâmica ambiental; Ampliar os conceitos de paisagem, lugar e território, explicitando os vínculos socioculturais com os ambientes; O conceito de sustentabilidade e a dimensão cultural, do imaginário coletivo e da subjetividade nas formas de produção da subsistência humana e nos diferentes modelos socioeconômicos.

OBJETIVO GERAL

• Promover uma análise teórico metodológica sobre os aspectos influenciadores do meio ambiente e a sustentabilidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Discutir os conceitos norteadores sobre o meio ambiente; • Compreender os princípios da educação ambiental; • Promover discussão sobre as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(MEIO) AMBIENTE CONSTRUINDO O CONCEITO DE MEIO AMBIENTE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE MEIO AMBIENTE E SAÚDE RECURSOS NATURAIS E RECURSOS AMBIENTAIS O QUE É AGENDA 21? INTERAÇÃO HOMEM-AMBIENTE: CONSUMO E CIDADANIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA LIXO E RECICLAGEM RESÍDUOS AGRÍCOLAS COMPOSTAGEM ATERRO SANITÁRIO CHORUME LIXÃO COLETA SELETIVA POLUIÇÃO EFEITO ESTUFA ENERGIA LIMPA E BIODIESEL ISO 14000

REFERÊNCIA BÁSICA

ART, W. H. Dicionário de ecologia e ciências ambientais. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998. CARVALHO, I. C. M. 2001. Qual educação ambiental? Agroecologia e desenvolvimento rural e sustentável 2. 2001. CHING, W. H.

Biodiesel. São Paulo: SEBRAE, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DULLEY, R. D. 2004. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. São Paulo, 2004. LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001. SILVA, P. P. Lima e; GUERRA, A. J. T.; MOUSINHO, P.; Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais. Rio de Janeiro: Thex. NEVES, E.; Tostes, A. Meio Ambiente: a lei em suas mãos. Petrópolis: Vozes, 1992. PRIMACK, R. B. RODRIGUES, E. Biologia da Conservação. Londrina: Rodrigues, 2001

PERIÓDICOS

SMA/SP (Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo). Conceitos para se fazer educação ambiental (Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3.ed. São Paulo: A Secretaria, 1999

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA

EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

130	**Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos**	**30**

APRESENTAÇÃO

Classificação de Resíduos: perigosos, comuns, recicláveis; Impactos ambientais e vulnerabilidades do gerenciamento incorretos dos resíduos; Coleta seletiva – como evitar problemas, quais as vantagens socioeconômicas e ambientais, passo a passo; Educação Ambiental: repensar, reduzir, reaproveitar e reciclar; gerenciamento de resíduos no contexto da gestão ambiental; as principais alternativas de destinação final, tratamento, incineração, co-processamento, disposição em aterros urbanos e industriais; A relação entre o gerenciamento adequado de resíduos, mudanças climáticas e créditos de carbono; A reciclagem industrial.

OBJETIVO GERAL

• Reconhecer que a educação ambiental e entendida como um dos instrumentos básicos e indispensáveis à sustentabilidade dos processos na gestão ambiental traz o foco para a importância de se considerar a percepção ambiental do homem a partir do universo cognitivo, comunicativo, suas relações intersubjetivas e intergrupais, suas diferenciações socioeconômicas, culturais e ideológicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Aprender sobre a forma correta de gerenciar os resíduos provenientes de diversas fontes e a classificar tais resíduos de acordo com a Resolução em vigor. • Promover a compreensão da interdependência entre vários setores, como a economia, a política social, a ecologia e a sociedade tornando a comunidade apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais. • Mostra a necessidade de reflexão das pessoas no processo de mudança de atitudes em relação ao correto descarte do lixo e à valorização do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS 2. POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 1. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL 3.1 MODELOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS 2. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS 2.1 GERAÇÃO (FONTES) 2.2 MINIMIZAÇÃO 2.3 MANUSEIO 2.4 ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO 2.5 COLETA E TRANSPORTE 2.6 SEGREGAÇÃO 2.7 PRÉ-TRATAMENTO 2.8 TRATAMENTO 3. PADRÕES DOS CORPOS D'ÁGUA E DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES 3.1 PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELO LANÇAMENTO DOS EFLUENTES 3.2 NÍVEIS DE TRATAMENTOS DE EFLUENTES 4. ETAPAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS 4.1 PLANEJAMENTO 4.2 IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO 4.3 VERIFICAÇÃO E AÇÕES CORRETIVAS 5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 10.004: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 1987. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12235 . Armazenamento de resíduos sólidos perigosos, Rio de Janeiro, 1992. ANVISA, 2004. Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 24 p. BARBOSA, L, T. Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Norte de Minas Gerais: Estudo relativo à implantação de Unidades de Reciclagem e Compostagem a partir de 1997. Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG. Belo Horizonte. Escola de engenharia da UFMG, 2004. JACOBI, Pedro. Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil. Ed. Annablume, 2006. LAPA, Nuno. MENDES, Benilde. OLIVEIRA, J. F. Santos. Resíduos - Gestão, Tratamento e sua Problemática. Ed. Lidel, 2009. MARIANO, Jacqueline Barboza. Impactos Ambientais do Refino de Petróleo. Ed. Interciencia, 2005. REVEILLEAU, Ana Célia Alves de Azevedo. Gestão Compartilhada De Resíduos Sólidos. Ed. Habilis, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CONAMA. Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008. 2. ed. Brasília-DF: Conselho Nacional do Meio Ambiente. 2008. DIJKEMA, G. P. J. 2000. A new paradigm for waste management. Waste Management, Volume 20, Issue 8, December 2000, Pages 633-638. LIMA, J. D. Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Campina Grande: ABES, 231 p. 2001. MAROUN, CHRISTIANNE ARRAES. 2006. Manual de Gerenciamento de Resíduos: Guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA. MESQUITA JUNIOR, JOSÉ MARIA DE. Gestão integrada de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. MONTEIRO, JOSÉ HENRIQUE PENIDO et al. Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. SANTANA, JOSEANE MOURA DE. 2010. Proposta de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para o município de santo Estevão, BA. Dissertação de mestrado. SILVEIRA, L. R. Desafios do manejo de resíduos sólidos: a gestão de seis aterros simplificados no estado da Bahia. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade estadual da Bahia, Salvador, 2008.

PERIÓDICOS

TCHOBANOGLOUS, G. Solid wastes: engineering principles and management. Issues. Tokyo: McGraw-Hill, 1977.

395	Gerenciamento do Uso da Energia e Meio Ambiente	45

APRESENTAÇÃO

As principais formas do uso das fontes de energia no mundo; Os processos e aplicações na economia global; As novas fontes de energia, aplicações e benefícios ao meio ambiente; A geopolítica energética mundial e o petróleo; O Brasil e o pré-sal.

OBJETIVO GERAL

• Adquirir conhecimentos sobre o uso abusivo das fontes não renováveis de energia e seus impactos ambientais surge a necessidade de buscar novas fontes em que essas questões sejam minimizadas, sendo a melhor a alternativa as fontes renováveis.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Nortear uma discussão sobre o gerenciamento da energia e meio ambiente; • Analisar a geopolítica energética mundial e o petróleo; • Estudar e compreender as perspectivas sobre o futuro energético do Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Energia As Principais Formas Do Uso Das Fontes De Energia No Mundo Os Processos E Aplicações Na Economia Global As Novas Fontes De Energia, Aplicações E Benefícios Ao Meio Ambiente A Geopolítica Energética Mundial E O Petróleo O Brasil E O Pré-Sal Perspectivas Sobre O Futuro Energético Do Brasil

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, G.H.S, ALMEIDA, J.R. & GUERRA, A.J.T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. CARVALHO, Cláudio Elias; FADIGAS, Eliane A.; FARIA, Amaral; REIS, Lineu Bélico. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável. Manole, 2011. HINRICHS, Roger A. KLEINBACH,Merlin. REIS, Lineu Bélico. Energia e Meio Ambiente – Inclui artigos. Ed. Cengage, 2010. VECCHIA, Rodnei. Meio Ambiente e as Energias Renováveis. Ed. Manole, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GREENPEACE. Mar, petróleo e biodiversidade: a geografia do conflito. São Paulo, nov. 2010. JANUZZI, G.M.; SWISHER, J.N.P. Planejamento Integrado de Recursos Energéticos: Meio Ambiente, Conservação de Energia e Fontes Renováveis. 1997. MARTIN, Jean-Marie. A economia mundial da energia, Ed. Unesp, 1992. REIS, L.B.; FADIGAS, E.A.A.; CARVALHO, C.E. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável. Ed. Manole, 2005.

PERIÓDICOS

RIPPEL, R.; RIPPEL, V.C.L.; LIMA, J.F. de. As inter-relações da energia, com os padrões de consumo e de sustentabilidade dos recursos ambientais. Revista Informe GEPEC, v.7, n.1, p. 1-16, 2003.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Profissionais de todas as áreas que desejam trabalhar com os conhecimentos sobre gestão ambiental e sustentabilidade. Nesse sentido, complementar sua formação para atender aos requisitos do mercado de trabalho, no que tange aos novos segmentos das organizações mais modernas que recebem uma demanda crescente de atividades desafiadoras relativas ao equilínbrio do espaço global.